



DOIS DE JULHO:

200 anos da Independência
do Brasil na Bahia

O Centro Cultural Câmara dos Deputados
apresenta a exposição

DOIS DE JULHO:

200 anos da Independência
do Brasil na Bahia

Brasília, julho de 2023





**“Se o 7 de Setembro de 1822
foi consolidado como o Dia da
Independência, marcado pelo ‘Grito
do Ipiranga’, o 2 de Julho de 1823
representa, de fato, a consolidação
da independência política do Brasil,
com a expulsão definitiva das
tropas portuguesas da Bahia.”**

(Laurentino Gomes, 1822)





O QUE É QUE A BAHIA TEM?

Não se pode contestar a importância do estado da Bahia como terra de riqueza artística e diversidade cultural. Na canção *O que é que a baiana tem?*, por exemplo, o compositor Dorival Caymmi conseguiu exaltar e immortalizar a figura icônica da baiana cheia de graça, quitutes e balangandãs. Mas muitos desconhecem a real dimensão da Bahia na construção da unidade nacional.

Afinal, o que é que a Bahia tem? Qual a relevância do estado para a história do Brasil? O que representou, de fato, o Dois de Julho? Ele é apenas um feriado regional? Ou merece ser mais conhecido como data histórica nacional?

Infelizmente, a história do Brasil reproduzida nos livros didáticos e aprendida nos bancos escolares está repleta de lacunas em relação a determinados fatos, sobretudo aqueles protagonizados por sujeitos anônimos, ligados aos setores subalternos da sociedade. Nossa historiografia oficial primou pelo registro de acontecimentos que enalteciam determinados personagens em detrimento de outros.

Um dos fatos relegados ao esquecimento pela história oficial refere-se às guerras ocorridas durante o processo de independência do Brasil. Nesse sentido, é preciso dar o devido valor à participação da Bahia na luta pela emancipação política do País, cujo ápice se deu com a expulsão definitiva das tropas portuguesas, no dia 2 de julho de 1823. Trata-se de uma das páginas mais marcantes do nosso passado!

A Bahia foi o principal palco das guerras da independência, tendo sido o local onde o conflito durou mais tempo (cerca de um ano e cinco meses) e que mobilizou o maior contingente de pessoas, contando, inclusive, com a participação de segmentos populares. Foi na província baiana que o território brasileiro correu sério risco de fragmentar-se.

Com a resolução do príncipe regente de permanecer no Brasil — desobedecendo às determinações das Cortes de Lisboa — e a tentativa frustrada do general Jorge de Avilez de levá-lo a Portugal, a metrópole portuguesa concentrou em Salvador todos os seus esforços militares. Havia o interesse por parte de Portugal de dividir o Brasil em duas regiões: o sul e o sudeste permaneceriam sob a direção de Pedro; e o norte, sob o domínio português. Graças à luta dos baianos, isso não ocorreu.

Com essa atividade cultural, a Câmara dos Deputados pretende contribuir para que a história do País não fique restrita aos circuitos acadêmicos e intelectuais. Afinal, o conhecimento histórico é um instrumento indispensável à construção da cidadania e fortalecimento de nossa identidade cultural. Conhecendo o passado histórico, podemos nos situar no presente como sujeitos e cidadãos comprometidos com a construção de um futuro melhor para todos os brasileiros.

RICARDO ORIÁ
Historiador e Curador

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: MITOS E FATOS

Nos livros didáticos de história, a reprodução do quadro de Pedro Américo é bastante presente e faz-nos pensar que a Independência do Brasil se deu por um ato isolado do príncipe regente Pedro que bradou "Independência ou Morte!", nas margens do Ipiranga, em São Paulo. A História não é bem essa.

O que de fato ocorreu?





Mito:

A Independência do Brasil concretiza-se com a proclamação de D. Pedro às margens do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822.

Fato:

A Independência de nosso país não se restringe a uma data no calendário. Trata-se de um processo que começa com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, prolonga-se pelo governo joanino — que resultou no fim do pacto colonial — e desdobra-se na regência de D. Pedro — que, com apoio das elites políticas locais, desobedeceu às Cortes de Lisboa, permaneceu no Brasil e rompeu com os laços que nos prendiam à metrópole portuguesa.

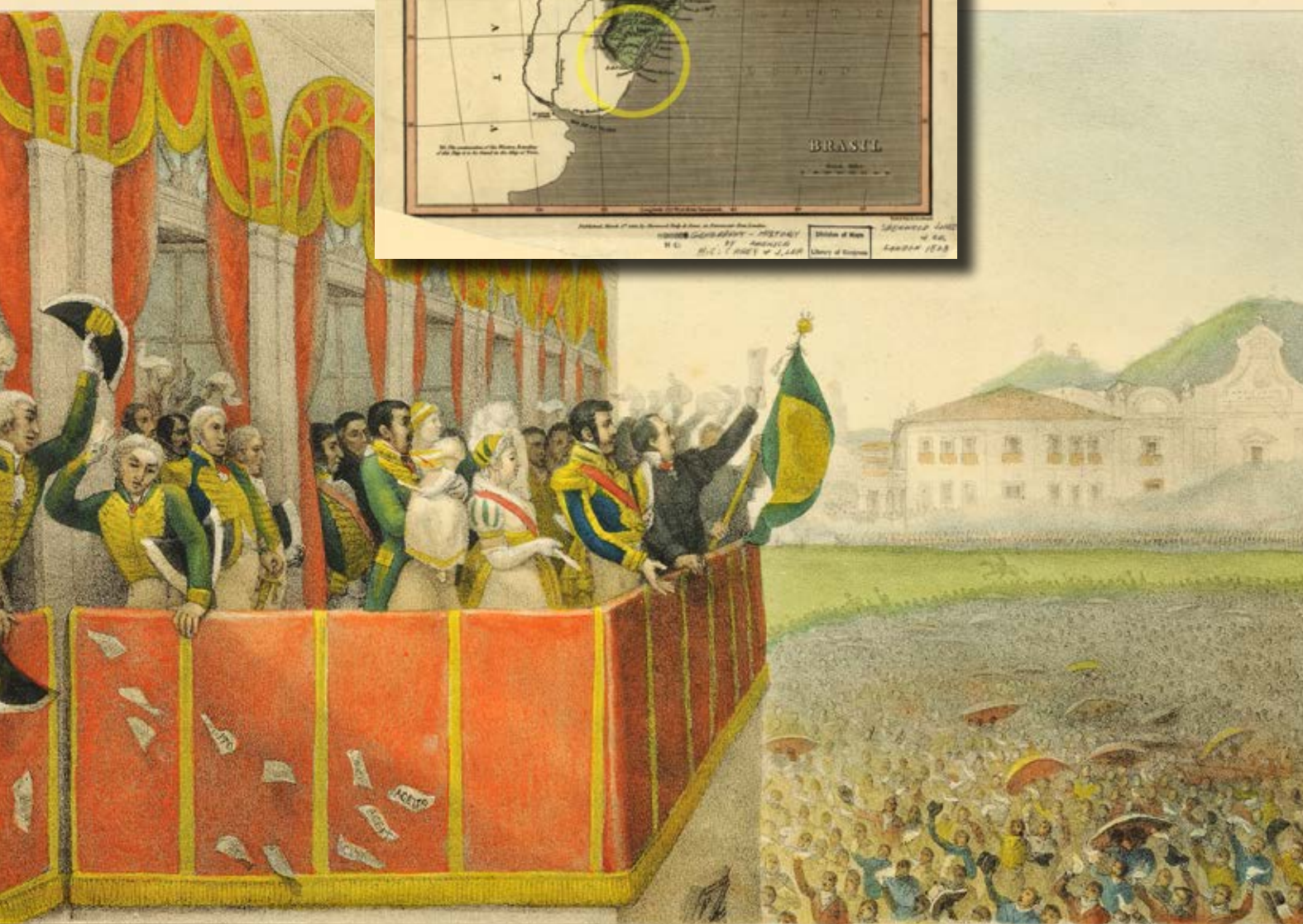
Mito:

A Independência do País não passa de um acordo diplomático estabelecido entre D. João VI, quando retornou a Portugal, e seu filho Pedro, que permaneceu no Brasil.

Fato:

Muitas pessoas contribuíram para a emancipação política do Brasil. Destaque especial deve ser dado à princesa regente Leopoldina e ao ministro José Bonifácio.





ACCLAMATION DE DON PEDRO I^{er} EMPEREUR DU BRÉSIL;
au camp de S^{te} Anna, à Rio-de-Janeiro.

Lith. de Thierry

Mito:

Os fatos que levaram à nossa emancipação política ocorreram na região centro-sul do País.

Fato:

A independência do Brasil não ficou restrita aos acontecimentos que ocorriam na corte do Rio de Janeiro. O processo de separação de Portugal mobilizou todo o País.

Mito:

O processo de nossa independência se deu de forma conciliatória e pacífica. Não houve lutas internas nem derramamento de sangue.

Fato:

Houve guerra entre portugueses e brasileiros nas províncias do Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Cisplatina e, principalmente, na Bahia. "A Guerra da Independência brasileira deve ter custado a vida de 2.000 a 3.000 vítimas, somados os conflitos de todas as regiões". (Laurentino Gomes, 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010)

Mito:

A data de 7 de setembro sempre foi comemorada como o dia da Independência do Brasil.

Fato:

Durante o século XIX, várias datas celebravam o processo de independência brasileira, como 12 de outubro, data da Aclamação de D. Pedro I; 1º de dezembro, data de sua coroação; e 25 de março, outorga da primeira Constituição.



No dia 8 de fevereiro de 1822, o príncipe D. Pedro I recebeu, a bordo da fragata União, o general português Jorge Avilez e seu Estado-Maior, intimando-o a seguir para a Europa com sua tropa lusitana. Apontando para um canhão, brada-lhe:

“Se não partirem logo faço-lhes fogo, e o primeiro tiro quem o dispara sou eu!”.



“A independência não foi arranjo de família nem complô de elites. Houve uma guerra literária em torno das opções que iam surgindo, uma guerra que se acoplou à guerra das ruas, como no caso do Fico, da guerra da independência da Bahia, Pará, Pernambuco, Cisplatina. Embora limitada às principais províncias, o movimento da independência foi o primeiro esboço, embora precário, de um movimento nacional.”

(José Murilo de Carvalho, *Guerra Literária – Panfletos da Independência*. Editora UFMG, 2015)



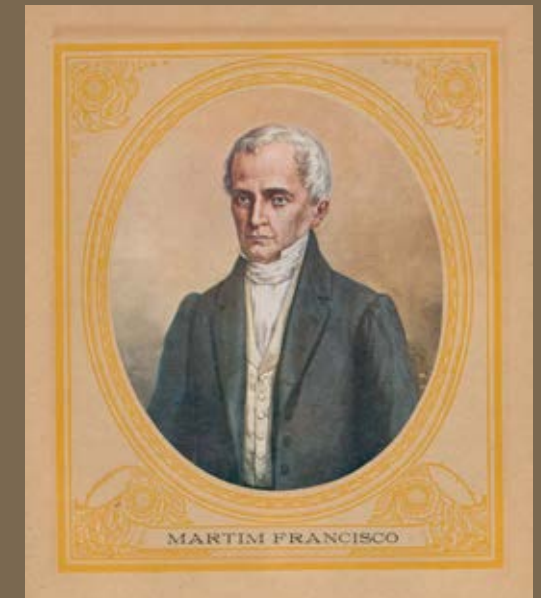
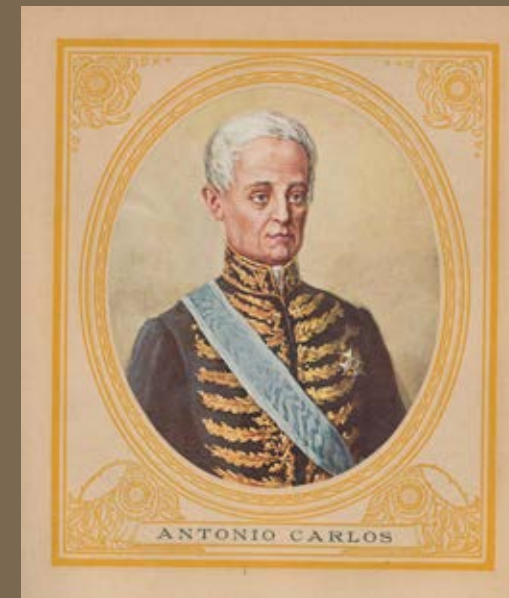
Enquanto havia conflitos em algumas províncias do Império, na cidade do Rio de Janeiro, sede da Corte, ocorria a instalação da Assembleia Legislativa e Constituinte do Império, no dia 3 de maio de 1823, para dar ao país recém-formado um novo arcabouço jurídico-constitucional.

Durante os trabalhos da Constituinte, o deputado Rodrigues Carvalho propôs as seguintes iniciativas em reconhecimento à luta dos baianos em prol de nossa independência:

- Agradecimento e louvores ao comandante, oficiais e soldados que compunham o Exército Pacificador da Bahia;
- Criação de uma medalha para condecorar os defensores da Pátria;
- Construção de um monumento à memória dos que morreram no campo de batalha;
- Concessão de soldo às viúvas dos soldados;
- Reconhecimento às três vilas de Cachoeira, Santo Amaro e São Francisco por serem as primeiras que se uniram para proclamar a independência na província.



Num ato arbitrário, o imperador Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte após seis meses de funcionamento e mandou prender alguns deputados, entre os quais os irmãos Andrada.



“Num tempo em que o Brasil se inventava como nação, surgiu na boca da cena e assumiu o papel principal o rapaz de 22 anos, malcriado e irresponsável, mulhengo, farrista, briguento e fanfarrão que, como disse um visitante estrangeiro, tinha os modos de um moço de estrebaria. Era o príncipe americano, fascinado por Bonaparte, influenciado pelo palavreado político liberal da Revolução Francesa. (...)”

Mas a ousadia com que mandou de volta as naus portuguesas repletas de soldados; a energia com que desafiou as Cortes portuguesas, que tentavam reduzir o Brasil ao estágio de colônia; e a determinação com que enfrentou os portugueses na Bahia foram fundamentais para os destinos do Brasil independente.”

(Isabel Lustosa, *D. Pedro I - um herói sem nenhum caráter*. SP: Cia. das Letras, 2006)

Em 25 de março de 1824, Pedro outorgou nossa primeira Constituição, que definia a forma de governo (monarquia constitucional) e a existência do Poder Moderador.

A proposta de se considerar o 7 de Setembro como data nacional apareceu pela primeira vez durante os trabalhos de nossa Constituinte, em setembro de 1823, tendo sido apresentada pela bancada paulista. Coincidiu com a iniciativa do governo da província de São Paulo de erguer um monumento na colina do Ipiranga, onde a Proclamação da Independência teria ocorrido. Em 1826, na primeira legislatura da Câmara dos Deputados, aprovou-se a lei que instituía os feriados, e entre eles figurava o 7 de Setembro.

DOMITILA DE CASTRO CANTO E MELO (1797—1867)

Foi durante a viagem que o príncipe regente Pedro fez a São Paulo antes da Proclamação da Independência do País, que conheceu aquela com quem viria a ter um romance escandaloso. Posteriormente, por determinação do próprio imperador, passou a residir na Corte, tornando-se sua amante oficial. Além disso, foi designada camareira-mor da imperatriz Leopoldina. Teve cinco filhos com o imperador.

Numa provocação a José Bonifácio, que era santista e desprezava Domitila, o imperador lhe concedeu o título de “Marquesa de Santos”, nome que a notabilizou na história do País. Enfrentou séria oposição na Corte, mesmo depois de nomeada camareira-mor da imperatriz. Seu poder se manteve até a morte de Leopoldina em 1826.

D. PEDRO I (1798—1834)

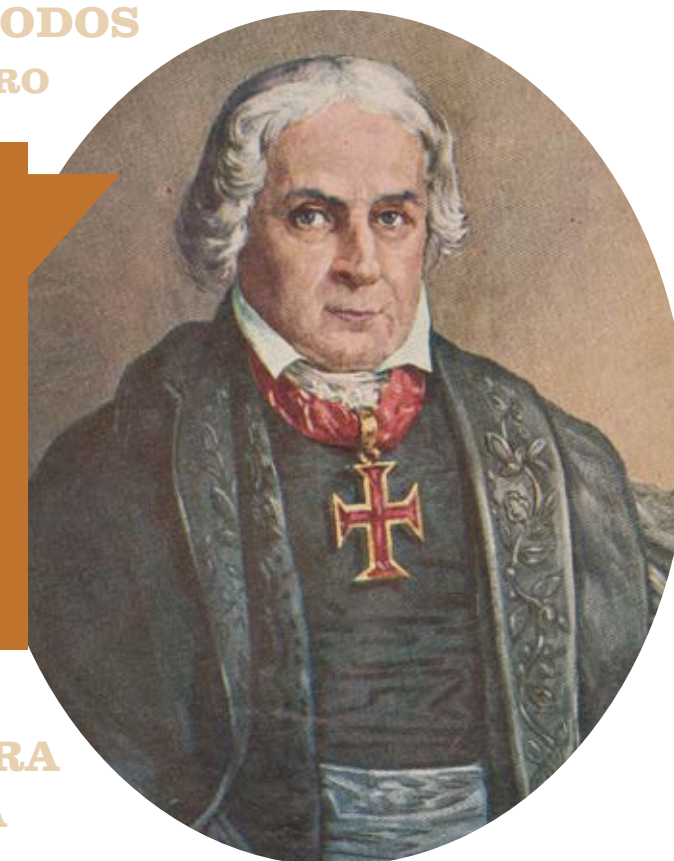
Pedro de Alcântara Francisco Antonio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon

Primeiro imperador do Brasil e 29º rei de Portugal. Filho de D. João VI e Carlota Joaquina de Bourbon.

EDUCAÇÃO PARA TODOS FIM DO TRÁFICO NEGREIRO

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA (1763—1838)

Brasileiro, nascido na cidade de Santos, ainda criança foi enviado para Portugal, tendo permanecido na Europa por 36 anos, formando-se na Universidade de Coimbra. Retornou ao Brasil em 1819. Ao lado de Leopoldina, exerceu um papel decisivo no processo de nossa emancipação política, razão pela qual é considerado “O Patriarca da Independência”.



ABOLIÇÃO GRADUAL DA ESCRAVATURA REFORMA AGRÁRIA

Um homem à frente de seu tempo, Bonifácio tinha um projeto para o país recém-formado. Escreveu a obra *Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de São Paulo para os seus deputados* (1821), contendo recomendações aos parlamentares brasileiros que participaram das Cortes de Lisboa.

Após a Independência foi nomeado por D. Pedro ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros. Exerceu um importante papel junto às nações europeias para o reconhecimento de nossa Independência. Foi ele que convenceu D. Pedro a contratar os serviços de Cochrane para organizar a marinha brasileira na guerra da independência na Bahia e garantir a unidade nacional.

Em virtude da lealdade de Bonifácio a D. Leopoldina, iniciou-se entre ele e a Marquesa de Santos uma disputa pela influência sobre o imperador. Durante os trabalhos da Constituinte, acirrou-se o conflito entre o imperador e Bonifácio, o que o levou a pedir demissão do ministério. O caráter absolutista do imperador, que via ameaça à limitação de seus poderes na Constituinte, levou ao ato arbitrário de dissolução da Assembleia. Bonifácio foi preso juntamente com seus irmãos, os deputados Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e Martim Ribeiro de Andrada. Posteriormente, exilou-se na França. Retornou ao Brasil após seis anos.

Em gesto que ilustra bem seu caráter intempestivo, D. Pedro I reconcilia-se com Bonifácio, nomeando-o tutor do infante Pedro. Em 1835, afastou-se da vida política, vindo a falecer três anos depois, em Niterói.



JOAQUIM GONÇALVES LEDO (1781—1847)

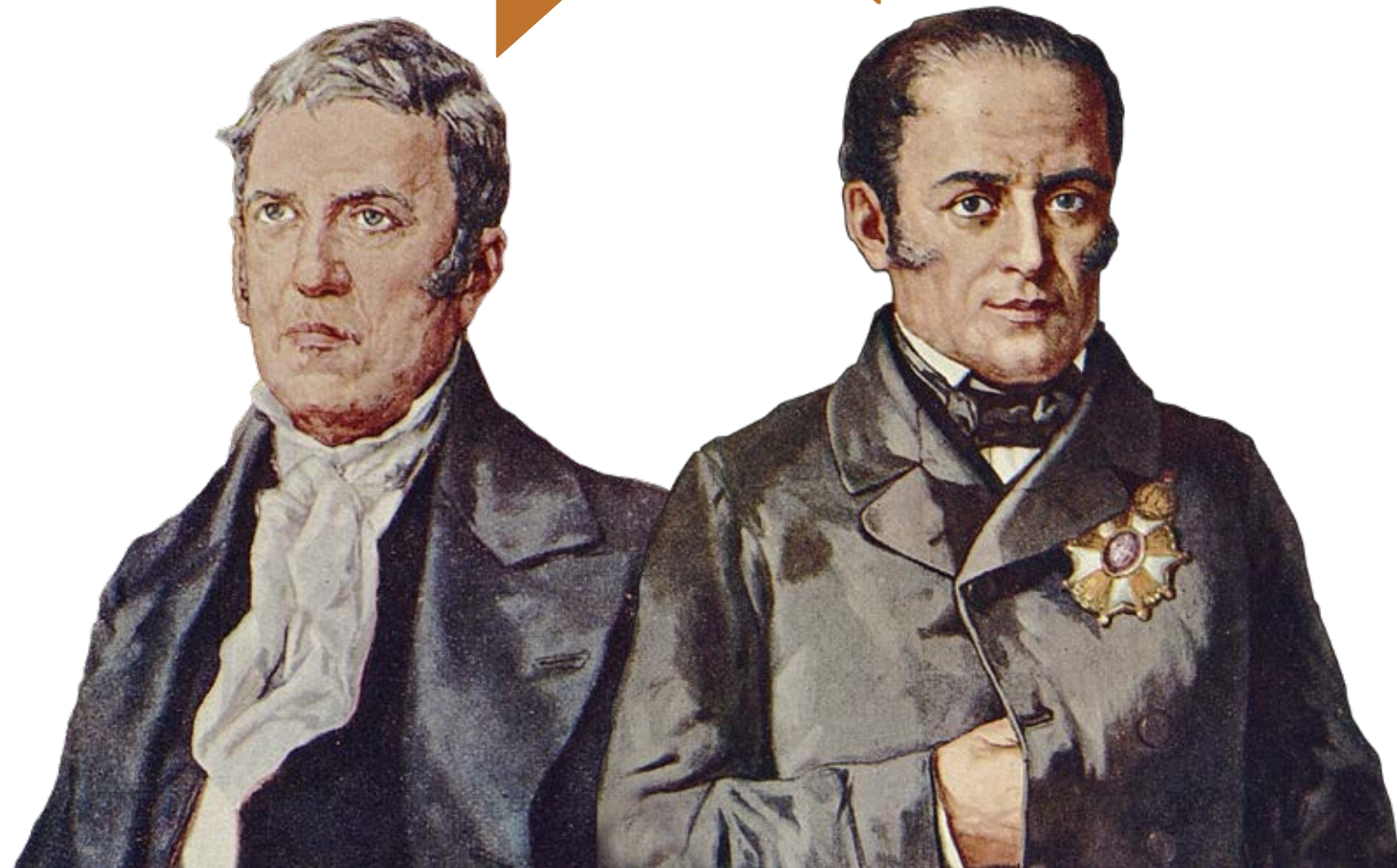
Além de secretário do Conselho de Estado, foi um dos principais articuladores da proposta de convocação de uma assembleia constituinte e redigiu para D. Pedro o *Manifesto aos Povos do Brasil*, de 1º de agosto de 1822, onde defendia abertamente a separação definitiva do Brasil de Portugal.

Foi eleito deputado constituinte, mas não chegou a assumir por divergências políticas com Bonifácio, tendo se refugiado em Buenos Aires até meados de 1823. É considerado pela historiografia como importante ideólogo do separatismo brasileiro.

JOSÉ CLEMENTE PEREIRA (1787—1854)

Nascido na Comarca de Trancoso, Portugal. Era formado em direito canônico, tendo chegado ao Brasil em 1815, onde foi nomeado juiz. Quando presidente do Senado da Câmara no Rio de Janeiro, foi o principal articulador em prol da permanência de Pedro no Brasil - "Dia do Fico".

Perseguido pelo grupo dos Andradas em 1822, foi indiciado como conspirador, preso e desterrado para a França. Em 1824, foi eleito deputado pelas províncias de S. Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo optado pela última. Exerceu mandato parlamentar na primeira legislatura da Câmara em 1826, tendo sido figura de destaque durante o primeiro reinado.



A BAHIA NO SÉCULO XIX

Em 1822, a Bahia era a terceira província mais populosa, depois de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e considerada o **segundo entreposto comercial de toda a América do Sul**. Exportava açúcar, algodão, tabaco e outros produtos agrícolas. Sua principal atividade, no entanto, era o tráfico negroiro.

Contava com **765.000 habitantes**, dos quais **524.000 eram escravos**.



A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA

“A resistência baiana decidiu a unidade nacional.”

(Tobias Monteiro, historiador)

A guerra na Bahia teve início em fevereiro de 1822, quando Portugal nomeou o brigadeiro português Inácio Luís Madeira de Melo (1775—1835), militar português que se notabilizou por ser o comandante das forças portuguesas na Bahia durante a guerra de independência contra Portugal, para o cargo de Governador das Armas no lugar de um oficial baiano. A substituição desencadeou a revolta da população, da Câmara e de muitos dos militares baianos, que foram derrotados durante três dias de lutas.

Foram feitos ataques ao Convento de Nossa Senhora de Conceição da Lapa, em Salvador. Tais ataques culminaram na morte da Sórora Joana Angélica, logo nos primeiros dias. Além de saques, ataques a casas particulares e quebra-quebras se espalharam pela cidade.

Salvador foi tomada e os partidários da independência, soldados e civis, foram obrigados a fugir para as cidades do Recôncavo, mais precisamente na cidade de Cachoeira, onde seria organizada a resistência e planejadas as ações ofensivas contra os portugueses.

Sob desconfiança, Madeira de Melo enviou uma canhoneira subir o rio Paraguaçu desde o dia 9 de junho para espionar o local. Quando sons de festins lançados pela população em comemoração da aclamação foram ouvidos pelo comandante do barco, pensou se tratar de um ataque e ordenou disparos de canhão como resposta. A confusão estava armada.



CACHOEIRA: ONDE TUDO COMEÇOU

Considerada como um dos principais pontos comerciais do Recôncavo Baiano, Cachoeira está inserida entre as mais prósperas e populosas cidades do Brasil. O Rio Paraguaçu faz conexão entre a Baía de Todos os Santos e o interior, além de ser ponto limite para a navegação no rio.



MANUEL TEIXEIRA DE FREITAS
desfralda a bandeira da comuna
na Câmara Municipal de Cachoeira.

RODRIGUES FALCÃO
e sua tropa.

ANTÔNIO REBOUÇAS,
considerado o líder
do movimento.

MANOEL SOLEDADE,
tambor-mor ferido, sendo
socorrido por um oficial.



A cidade foi o ponto de resistência baiana durante os primeiros meses de guerra. Em 25 de junho de 1822, a Câmara de Cachoeira reconheceu a autoridade do príncipe regente, D. Pedro. Sua aclamação mostrou que Cachoeira estava inserida no projeto de independência encabeçado pelo Rio de Janeiro. Seguindo esse caminho, outras cidades baianas do Recôncavo passaram a aderir à causa da independência.

No quadro de Antônio Parreiras, destacam-se: Manuel Teixeira de Freitas, então Procurador do Senado na Câmara da Vila de Cachoeira, desfraldando a bandeira da comuna na Câmara Municipal; Rodrigues Falcão e sua tropa, saudando a independência; Antônio Rebouças, advogado que compunha a resistência em Cachoeira; e Manoel Soledade, um homem negro tambor-mor, representando o primeiro sangue cachoeirano derramado.



BLOQUEIO POR TERRA

Primeira Fase

Guerra regional (guerrilha)

Inicia-se com os conflitos ocorridos em Cachoeira entre portugueses e baianos. Sob o comando do latifundiário e tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque D'Ávila Pereira, formou-se um exército amador de pouco mais de 500 homens, chegando a reunir, no máximo, 1.500 soldados. As tropas portuguesas somavam mais de 3.000 homens. Os confrontos eram localizados e não envolviam grandes contingentes. Era guerra de guerrilha, que buscava ocupar posições estratégicas na região.

Segunda Fase

Guerra nacional

Em 28 de outubro de 1822, chega à Bahia o general Pierre Labatut, enviado do Rio de Janeiro com o Exército Pacificador para comandar as tropas baianas. Passando por Pernambuco, Alagoas e Sergipe, reuniu reforços de homens, armamentos e provisões.

As artimanhas da guerra: O CORNETEIRO DE PIRAJÁ

Sofrendo uma forte investida portuguesa, José de Barros, major pernambucano, mandou tocar a retirada, mas o corneteiro Luís Lopes toca “avançar cavalaria à degola”. O toque amedrontou os portugueses, que fugiram. Os brasileiros venceram a Batalha de Pirajá.

GENERAL PIERRE LABATUT (1776—1849)

Militar francês que trabalhou em algumas operações pela Europa, Colômbia, Antilhas e Guiana Francesa como “mercenário” antes de chegar ao Brasil. No Brasil, foi nomeado brigadeiro por D. Pedro I por falta de oficiais brasileiros para compor o recém-formado Exército brasileiro. Organizou o Exército Pacificador na guerra da independência na Bahia.

JOAQUIM PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE D'ÁVILA PEREIRA (1788—1848)

Herdeiro do Morgado dos Garcia D'Ávila, proprietários da famosa Casa da Torre, que teve um papel de destaque como foco de resistência dos brasileiros. Como coronel do Regimento de Milícias e Marinha da Torre, foi responsável pela organização das primeiras tropas do que seria o Exército Brasileiro.

8 de novembro de 1822

A Batalha de Pirajá constituiu um importante combate que envolveu de 2.500 a 4.000 pessoas e resultou na morte de 80. Após a vitória da Batalha de Pirajá, muitos voluntários foram arregimentados às forças brasileiras.



BLOQUEIO POR MAR

Terceira Fase

Comando de Lima e Silva

Em substituição a Labatut, o Coronel Joaquim José de Lima e Silva assumiu o comando em 27 de maio de 1823. A entrada do Exército Pacificador em Salvador marca o fim da guerra. Essa fase contou com a participação de Thomas Cochrane à frente da esquadra brasileira.



Outros personagens também se destacaram na liderança das frentes de batalha, como: José Antônio da Silva Castro (1792-1844), conhecido como o “Periquitão”. O avô do poeta Castro Alves criou e organizou o Batalhão dos Periquitos, grupo formado por voluntários favoráveis à causa brasileira que se concentrou na defesa de Itapuã.

Outra liderança importante foi João Francisco de Oliveira, o “João das Botas”. Português nato, mas adepto das causas brasileiras, João das Botas foi importante personagem nas lutas contra os portugueses, em especial na ilha de Itaparica. Organizou e comandou uma pequena flotilha armada contra a esquadra portuguesa nos combates de janeiro de 1823, sendo extremamente importante na defesa naval brasileira.

CORONEL JOAQUIM LIMA E SILVA (1788—1855)

Comandante do Batalhão do Imperador, formado por quase 800 homens escolhidos pelo próprio imperador — um corpo de elite que chega à Bahia em 22 de fevereiro. Antes de assumir o comando-geral do Exército em 27 de maio, o coronel comandou a brigada central das tropas brasileiras.



COCHRANE: HERÓI OU VILÃO?

Thomas Alexander Cochrane (1775—1860) era um almirante escocês, tendo se destacado nas guerras napoleônicas. Foi eleito deputado ao Parlamento britânico, mas como se envolveu em um escândalo na bolsa de valores, foi preso e fugiu da cadeia. Considerado um brilhante oficial, foi contratado como mercenário nas lutas de independência do Chile, Peru e Brasil.

No Brasil, em especial, como não havia marinha organizada, Cochrane foi contratado pelo governo, e sua participação foi fundamental para a expulsão definitiva dos portugueses do território brasileiro.

No Maranhão, saqueou sem pudores a cidade de São Luís e roubou um navio brasileiro, porque julgava que merecia mais dinheiro do que D. Pedro havia lhe prometido. Assim, Cochrane é considerado, simultaneamente, herói e vilão da independência.

FIM DA GUERRA

Em 28 de maio de 1823, Lima e Silva, à frente do Exército Pacificador, conclama os portugueses a se renderem imediatamente, depondo suas armas em troca de terras para cultivo na Bahia ou embarcando para Lisboa. No dia 3 de junho, ocorreu novo ataque contra as trincheiras da cidade de Salvador ocupadas por Madeira, dificultando ainda mais a sobrevivência das tropas que não contavam com mais suprimentos. Cochrane ataca a esquadra portuguesa no dia 13 de junho. Salvador estava completamente sitiada e bloqueada, por terra e por mar.

Em carta endereçada ao rei D. João VI, Madeira de Melo mostra que a situação estava insuportável: “As nossas privações vão crescendo porque não entra para a cidade gênero algum de primeira necessidade”. (Luis Henrique Dias Tavares, A Independência do Brasil na Bahia, p. 224)

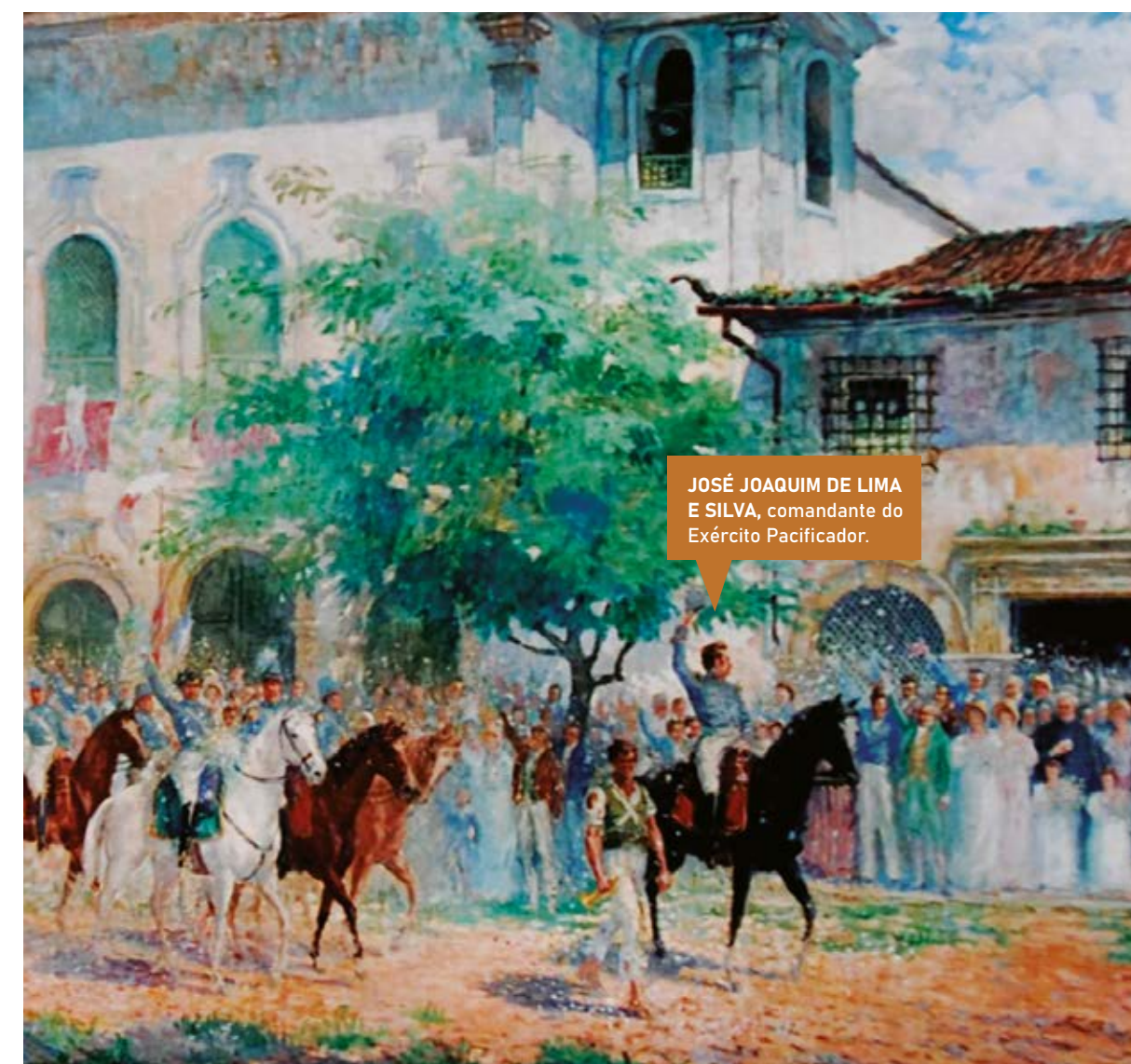
Na manhã do dia 2 de julho de 1823, após a retirada da frota portuguesa comandada pelo brigadeiro Madeira de Melo, os baianos, capitaneados por Lima e Silva, entram na cidade de Salvador. A partir de então, essa data passa a ser incorporada ao calendário cívico da Bahia.



A participação popular

O quadro *Entrada do Exército Pacificador em Salvador*, de Presciliano Silva, elucida a participação popular na Guerra de Independência da Bahia. A imagem mostra os soldados com as fardas rotas, os pés descalços e as feições de fome. Na verdade, sabemos que, nas tropas regulares, já se incluíam pessoas das camadas populares: negros, mulatos, vaqueiros, índios e quilombolas.

Das tropas brasileiras, fizeram parte os escravos, por exigência do Gal. Pierre Labatut, como uma forma de aumentar o contingente — medida que desagradou os proprietários de terra pelos prejuízos econômicos que tiveram e pelo receio de que, após a guerra, os cativos fossem libertos.



JOSÉ JOAQUIM DE LIMA E SILVA, comandante do Exército Pacificador.

OS NÚMEROS DA GUERRA

A Guerra de Independência da Bahia custou muito à população do Recôncavo Baiano, atingindo muitas cidades e tirando a vida de milhares de soldados, tanto baianos quanto portugueses. Ela envolveu homens da elite da Bahia envolvidos na resistência, escravizados, indígenas e caboclos. Ao contabilizar os números, o cenário mostra que, apesar de muitas baixas brasileiras, o número final de combatentes foi mais positivo que o dos portugueses.

1

Tempo de duração

1 ano e 5 meses
(fevereiro de 1822 a julho de 1823)

Número de combatentes

No auge da guerra, em maio de 1823, 12.000 a 14.000 homens do lado brasileiro; 10.000 a 12.000 homens do lado português.

No dia 2 de julho, o Exército Brasileiro somava 10.139 homens em armas, e o Português tinha 4.520 homens.

2

3

Número de mortos

Não há estatísticas precisas sobre o número de mortos. Calculam-se 750 mortos e 280 feridos do lado brasileiro; 2.500 mortos, 700 feridos e 300 capturados do lado português.

Segundo os historiadores, houve mais mortes por doença e fome do que por bala.

Cidades baianas envolvidas no conflito

Salvador, Cachoeira, Brotas, Graça, Cabula, Engenho da Conceição, Itapuã, Cabrito, Maragogipe, Santo Amaro, São Francisco, Itaparica, Funil, São Roque, Encarnação, Capanema, Saubara, Ponta de Nossa Senhora, Itapicuru,  gua Fria, Jacobina, Marau, Inhambupe, Pedra Branca, Abrantes, Valença, Camamu, Santarém, Cairu.

4

MULHERES DO DOIS DE JULHO



No século XIX, o lugar imposto às mulheres na estrutura da sociedade era o caseiro, no cuidado da casa e dos filhos. Em geral, suas atividades se limitavam a cozinhar, costurar e limpar. Apenas aos homens era permitido exercer atividades na política e nos combates. Mesmo assim, muitas mulheres corajosas empunharam espadas, prepararam discursos e panfletos e se lançaram contra o pensamento hegemônico para abrir portas e conquistar vitórias, seja na luta armada seja nos discursos.

O PROTAGONISMO FEMININO NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A historiografia oficial aborda a independência do Brasil como um movimento essencialmente masculino. É dado destaque às figuras de D. Pedro I, José Bonifácio, Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, entre outros. Hoje, no entanto, considera-se que diversas mulheres contribuíram para o processo de nossa emancipação política.

Desde os primeiros meses das lutas de independência, foi decisiva a participação de mulheres, entre as quais se destacaram: Sôror Joana Angélica, Maria Quitéria e Maria Felipa. Maria Graham, escritora inglesa, registrou em seu diário de viagem impressões importantes desse momento histórico e Urânia Vanério, aos 10 anos, soube muito bem registrar o conflito entre brasileiros e portugueses, no panfleto *Lamentos de uma baiana*. Além dessas personagens, outra mulher de grande importância para o contexto foi a Princesa Leopoldina, que assumiu a regência durante a viagem de D. Pedro a São Paulo e foi responsável por convocar a sessão extraordinária de 2 de setembro de 1822, que decidiu a separação definitiva de Brasil e Portugal.

Em 2018, por iniciativa do Congresso Nacional, ocorreu o reconhecimento da participação baiana na luta pela independência do Brasil. Joana Angélica, Maria Quitéria e Maria Felipa, além de João Francisco de Oliveira Botas, tiveram seus respectivos nomes inscritos no Livro de Aço dos Heróis e Heroínas, que se encontra depositado no Panteão da Pátria, em Brasília (Lei nº 13.697, de 2018). Além disso, o Senado Federal instituiu a Medalha Maria Quitéria para homenagear mulheres que se destacaram na luta pela equidade de gênero.

MARIA LEOPOLDINA

A matriarca da Independência

Pertencente a uma das famílias reais mais importantes da Europa, Maria Leopoldina Josepha Carolina de Habsburgo (1797–1826) teve educação esmerada e, aos 20 anos, casou-se com o futuro imperador D. Pedro I, com quem teve 7 filhos. Trouxe consigo da Áustria importantes missões artísticas e científicas, que contribuíram para o estudo da biodiversidade brasileira.

Sua personalidade obstinada e atitudes firmes representavam bem as características de uma mulher austríaca. Tinha uma compreensão integral do papel que lhe cabia como princesa da dinastia Habsburgo e como esposa de Pedro. Durante sua vida, viu que seriam necessários alguns sacrifícios para que seu dever fosse cumprido.



“Dona Leopoldina [...] jamais poderia ser como Maria Quitéria, vestida com farda masculina para lutar no front; como Maria Felipa, entrando no mar munida de ramos de cansaço e facas escondidas sob as saias para surrar soldados portugueses. [...] Seu lugar era outro, e permitia que Leopoldina enxergasse o estado do Brasil e das relações com Portugal sob o ângulo da sua compreensiva educação histórica e política.”

(Virgínia Siqueira Starling, *Independência do Brasil: As mulheres que estavam lá*, p. 160)

Obstinada e audaz

Casada e grávida de seu segundo filho, Leopoldina se viu numa situação que a colocaria como garantia ao trono. Dom João VI escolheu Pedro para retornar sozinho e representar a família, enquanto sua esposa ficaria no Brasil com os herdeiros. Percebendo a situação armada, opôs-se ao plano de D. João VI, conseguindo, por sua obstinação e influência da família Habsburgo, ficar ao lado do marido no Brasil. Infelizmente, entendeu que seu casamento era algo mais político do que romântico, pois Pedro muitas vezes era infiel e violento, o que lhe causou muita tristeza.



De princesa a imperatriz

Como havia grande disputa pelo poder brasileiro, Leopoldina percebeu que a situação iria piorar, sobretudo para a família real. Para ela, as tentativas de reformas propostas pelas Cortes eram muito liberais, uma ameaça à estabilidade da monarquia. A oposição aos portugueses aumentava e Pedro, segundo Leopoldina, “não era firme perante o cenário”.

Pedro queria aguardar a eleição da junta governativa do Rio de Janeiro e, depois disso, viajariam para Portugal. Assim, Leopoldina começou a repensar a política, pois, ao temer que não voltariam de Portugal, sentiu que deveria seguir com seu dever “sagrado”: a manutenção da monarquia no Brasil, mas agora perante uma constituição.

Leopoldina foi, de fato, a primeira mulher a dirigir o Brasil por quase um mês, como princesa regente, quando da viagem de Pedro a São Paulo. Com as ameaças de Portugal para que o casal real retornasse a Lisboa, ela convocou sessão extraordinária do Conselho de Estado no dia 2 de setembro de 1822 e decidiu, junto aos ministros, pela separação definitiva entre Brasil e Portugal. Enviou o mensageiro Paulo Bregaro com uma carta a Pedro, reforçando sua posição pela independência do Brasil.

MARIA GRAHAM

A cronista inglesa

A escritora inglesa Maria Graham (1785—1842) foi casada com o capitão Thomas Graham, comandante da fragata Doris, com quem fez sua primeira viagem ao Brasil em 1821, quando se dirigia ao Chile. Ficou viúva e voltou ao Brasil, onde presenciou importantes momentos que levaram à Independência do País. Foi amiga de Thomas Cochrane, que lhe escreveu dando notícias sobre o fim da guerra de independência na Bahia.

Permaneceu no Brasil até 1825, retornando definitivamente a Londres, onde se casou com Augustus Earle Calcott e passou a assinar suas obras literárias como Lady Calcott.

“Uma mulher um tanto ousada, que contrariava radicalmente o conceito que a sociedade tinha do comportamento correto de uma mulher casada, uma mulher de família. Além de trabalhar e estudar muito, ela mesma admite que não era uma boa dona de casa, e nunca foi muito afeita aos ditos ‘serviços do lar’. Tinha uma vida social movimentada e adorava estar na companhia de intelectuais.”

(Isadora Eckardt Silva, *A literatura de viagem de Maria Graham*, p. 30)



umila em umila su
em au go me me
acepem
me me lya y um
lue rova esofe

De criança geniosa a aventureira intrépida, Maria Graham viveu uma vida cheia de aventuras e histórias. Seu pai foi um oficial da Marinha Britânica e sempre tinham que se mudar. Sofreu muita desaprovação social por gostar de estudar, atividade vista como masculina, contrária ao cuidado do lar, reservado às mulheres naquela época.

Após sua primeira viagem de estudos, como acompanhante do pai à Índia, em 1809, culminando em seu primeiro diário, Maria começava a criar os hábitos que transformariam sua escrita. Passava o tempo lendo, estudava línguas e conversava com todos, ensinava os marujos e sempre fazia desenhos dos lugares que via. Conheceu o capitão Thomas Graham quando seu navio passava pela Colônia do Cabo, na África.



Vida no Brasil

Em sua segunda visita ao Brasil, Maria Graham, agora viúva, desembarcou juntamente de Lorde Cochrane, convidado para comandar as esquadras marinhas contra os portugueses. Ela escreveu sobre os acontecimentos da guerra, observando e mantendo contato próximo com lideranças e a família real. Ambos desenvolveram uma boa amizade devido às trocas de experiências vividas no mar, e que foi fundamental para sua boa estadia no País.

Outra grande amizade que fez no Brasil foi com a própria Maria Leopoldina, apresentada por intermédio de José Bonifácio. Maria Graham admirava tanto a imperatriz que, após a finalização de seu diário, tornou-se a preceptora (professora) da filha de Leopoldina, princesa Maria da Glória.

Graham escreveu sobre as guerras de independência e destacou muitos personagens e momentos importantes do período, como por exemplo Maria Quitéria de Jesus, dizendo que “o espírito patriótico não se havia confinado aos homens”, ressaltando ser uma personagem feminina. (Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, p. 240)

JOANA ANGÉLICA

A mártir da Independência

Nascida em Salvador, Joana Angélica (1761–1822) pertencia a uma família abastada da Bahia. Ingressou no convento da Lapa aos 20 anos, fazendo profissão de fé em 1783 como irmã da Ordem das Religiosas Reformadas de Nossa Senhora da Conceição e adotando o nome de Joana Angélica de Jesus. Progrediu na carreira religiosa a ponto de, 20 anos depois, tornar-se abadessa do convento.

“Joana Angélica seguiu as regras de Benedito IX, condições precisas da santidade: a prudência, a força ou a grandeza d’alma, unidas à temperança e à justiça.”

(Antônia da Silva Santos, A historicidade e espiritualidade concepcionista de Beatriz da Silva e Menezes e Joana Angélica de Jesus, p. 1946)



“Esta passagem está guardada pelo meu peito e não passareis senão por cima do cadáver de uma mulher.”

Essa é a frase atribuída à freira Joana Angélica ao impedir a entrada de militares portugueses no Convento da Lapa para a suposta busca de soldados baianos. Com esse ato de bravura, a religiosa tornou-se um símbolo da resistência contra o autoritarismo português. É considerada a primeira heroína da independência do Brasil.



Iniciação à vida monástica

O Convento da Lapa foi fundado em 1744, na Bahia, em Salvador, para receber mulheres jovens, casadas ou solteiras que tinham “desvio de conduta” e/ou como punição do marido, bem quando estes estavam em viagens, e estas moças seriam chamadas de Concepcionistas.

A entrada de Joana se deu mediante uma licença que o frei Dom Antônio Corrêa assinou para que se concedesse uma exceção da regra estabelecida em 1764 pelo frei Dom Manuel de Santa Inês, que proibia a recepção de noviças no Convento. Joana foi liberada e recebida, passando a se chamar Sórora Joana Angélica de Jesus.

Ataque ao Convento

Em fevereiro, tropas de Madeira de Melo atacaram civis e invadiram casas particulares. Nessa empreitada, um grupo de soldados invadiu o Convento da Lapa, onde supostamente estariam procurando inimigos. No intuito de proteger a clausura das sororas, Joana Angélica, já abadessa do Convento, prostrou-se à frente da porta para impedir a passagem da tropa armada. Como consequência, golpes de baioneta a acertaram, causando sua morte.

A Sórora Joana Angélica de Jesus foi então considerada a primeira heroína da Independência. Seu ato de coragem e persistência serviu como inspiração a outras mulheres, como Maria Felipa de Oliveira, que viram no exemplo a resistência e a coragem para lutar.

URÂNIA VANÉRIO

A menina que registrou a guerra

Nascida em Salvador, Urânia Vanério (1811–1849) era filha única de um casal de portugueses, Euzébio Vanério e Samoa Angélica Vanério. Aos 10 anos, foi responsável pela escrita e publicação do panfleto *Lamentos de uma baiana*, que retratava sua visão de angústia em meio às guerras que se desenrolavam na Bahia, sendo reconhecida como uma das grandes mulheres da independência.

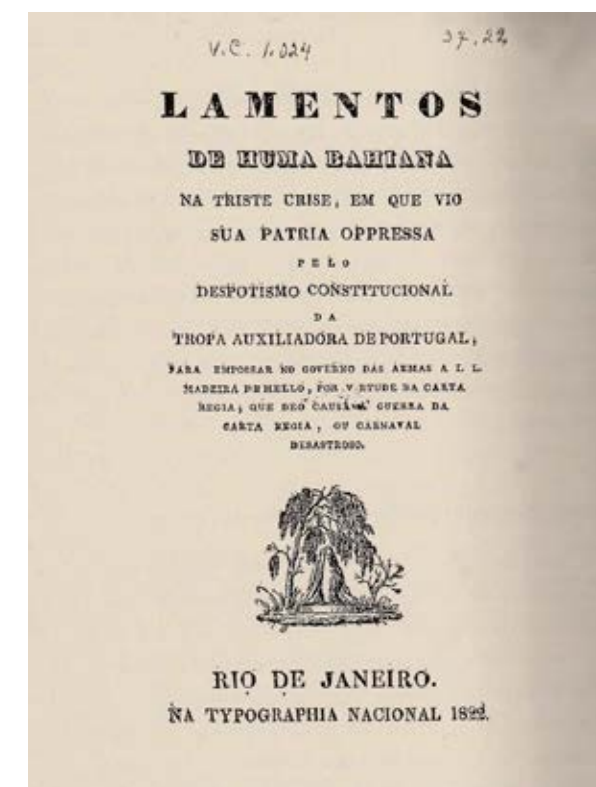
“[...] uma das mais potentes críticas contra os arbítrios do absolutismo português na Bahia, da exploração colonial e da violência das tropas imperiais contra a população de Salvador.”

(Patrícia Valim, *Independência do Brasil: As mulheres que estavam lá*, p. 99)



Infância entre livros

Urânia nasceu num ambiente de cultura e erudição, em meio a livros e instrumentos musicais. Recebeu uma boa educação de seus pais, que tinham uma escola na cidade onde moravam. Foi incentivada desde cedo a pensar e debater os temas políticos e sociais de seu tempo. Diante da violência e horror das lutas entre portugueses e baianos, começou a temer os rumos do País.



Em meio a violentos conflitos provocados pelas tropas de Madeira de Melo, Urânia, indignada com a morte da Sórora Joana Angélica em fevereiro de 1822, chegou a escrever: “[...] Justos Céus, ver baionetada / A uma idosa Regente [...] Justos Céus, quando os Conventos / Foram assim insultados / Quanto mais não sofreriam / Os Cidadãos sossegados?”. (Patrícia Valim, *Independência do Brasil: As mulheres que estavam lá*, p. 92)

Urânia era uma dura crítica da monarquia portuguesa. Seus pais lutavam diariamente pelo “reconhecimento social e econômico em uma sociedade altamente hierarquizada pelo escravismo”. (Patrícia Valim, *Independência do Brasil: As mulheres que estavam lá*, p. 92)

Luta pelas palavras

Após a publicação do panfleto, foram para Cachoeira em 1823, pois seu pai integrou o Conselho Interino do Governo como secretário do General Labatut. Após seu pai ser preso por divergências políticas em Sergipe, Urânia e sua mãe voltaram a Salvador. No ano seguinte retomaram as aulas na escola da família e seu pai foi liberto.

Em 21 de abril de 1825 tomou uma atitude pouco comum a uma menina daquela época. Solicitou ao Imperador uma licença para abrir uma nova escola de ensino mútuo na Bahia, ou seja, para homens e mulheres. O pedido foi aceito e a família seguiu com o trabalho na escola, onde Urânia dedicou-se à literatura, produzindo novelas e traduzindo obras estrangeiras.

Casou-se e por 22 anos viveu feliz com sua família, falecendo aos 38 anos, por complicações no parto. Deixou um grande legado aos filhos e a outras mulheres, que foram inspiradas por sua vida e seu trabalho.

MARIA QUITÉRIA

A mulher soldado

Nascida em São José das Itapororocas, Maria Quitéria de Jesus (1792—1853) foi irmã de mais dois filhos de Gonçalo Alves de Almeida e Quitéria Maria de Jesus. É conhecida por ter vestido roupas de homem para lutar na Guerra de Independência e foi responsável por lutar na frente de batalha contra soldados portugueses e sair vitoriosa, sendo reconhecida pelos seus feitos na guerra. Desde cedo, Maria Quitéria tomou o lugar de cuidado da casa e dos irmãos, além de aprender a manejar armas de fogo para caçar, atividade que mais gostava de fazer. Aos 30 anos, Quitéria não era casada e nem estava preocupada com isso.

“Maria Teresa foi categórica: ora essa, para tanto não era necessário ser homem. Abriu o armário e emprestou algumas roupas do marido a Maria Quitéria, que logo partiria para onde as coisas estavam de fato acontecendo.”

(Marcela Telles, Independência do Brasil: As mulheres que estavam lá, p. 131)



Descrição de Maria Graham sobre Maria Quitéria

“Ela é iletrada, mas inteligente. Sua compreensão é rápida e sua percepção aguda. Penso que, com educação, ela poderia ser uma pessoa notável. Não é particularmente masculina na aparência; seus modos são delicados e alegres. Não contraiu nada de rude ou vulgar na vida do campo e creio que nenhuma imputação se consubstanciou contra sua modéstia. Uma coisa é certa: seu sexo nunca foi sabido até que seu pai requereu a seu oficial comandante que a procurasse. Não há nada de muito peculiar em suas maneiras à mesa, exceto que ela come farinha com ovos ao almoço e peixe ao jantar e fuma charuto após cada refeição, mas é muito sóbria.” (Maria Graham. *Diário de uma Viagem ao Brasil*, p. 331)

A mudança para a batalha

Em meio aos acontecimentos em Cachoeira, com o acirramento entre portugueses e baianos, em setembro de 1822, um emissário tocou a porta do pai de Maria Quitéria para falar sobre a causa da Independência e recrutar homens para a batalha. O pai recusou o envio de escravos ou de algum filho, dizendo que serviria o vencedor da guerra.

Após ouvir a conversa, Quitéria correu para a casa de sua irmã Maria Teresa, que morava próximo dali com seu marido José Cordeiro de Medeiros. Quitéria contou a conversa e expressou sua vontade de “ser um homem” para lutar naquele momento.

Desejo de independência

Diante da resistência do pai em aceitar que se alistasse como militar na guerra de independência da Bahia, Maria Quitéria disse:

“É verdade que não tendes filho, meu pai. Mas lembrai-vos que manejo as armas e que a caça não é mais nobre que a defesa da pátria. O coração me abrasa. Deixai-me ir disfarçada para tão justa guerra.”

Respondeu-lhe o pai: ‘Mulheres fiam, tecem e bordam; não vão à guerra.’”

Aproveitando-se da saída de seu pai para Cachoeira, foi escondida junto, em uma distância segura para não ser descoberta. Lá ingressou no Batalhão dos Periquitos como homem e obteve grande destaque, ganhando posições pelo seus feitos. Em 1823, já evidente que se tratava de uma mulher, o Conselho Interino do Governo mandou que lhe fizessem saiotas e lhe entregassem uma espada, para que se tornasse de fato um soldado.

Maria Quitéria obteve vitórias fundamentais durante as batalhas e, por isso, ao final da guerra foi condecorada com a Ordem do Cruzeiro do Sul, como cavaleiro, além de um salário até o fim de sua vida. Foi ao Rio de Janeiro integrada à Corte, onde se dedicou muito tempo até retornar para casa de seu pai, onde foi recebida pelos irmãos calorosamente e seu pai “contudo, dizem que se retirou da varanda sem lhe dizer uma palavra”. (Marcela Telles, *Independência do Brasil: As mulheres que estavam lá*, p. 140)

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA

A heroína do povo

Maria Felipa de Oliveira foi uma mulher negra de grande força e coragem. Na estimada idade de 22/23 anos, destacou-se nas batalhas pela independência que ocorreram em Itaparica, sua cidade. Historiadoras a descrevem como uma “figura impactante: alta, corpulenta e energética”. (Lívia Prata, *Independência do Brasil: As mulheres que estavam lá*, p. 108)



“Maria Felipa de Oliveira, iansanicamente (como lansã), nos inspira a persistir roubando o preparado destinado aos homens e a cuspir fogo, pois só assim, conquistando poder e mando, pela força de uma búfala ou de uma borboleta, a depender da necessidade, conseguiremos, se não transformar, pelo menos desestabilizar as relações de poder manejadas pelos homens.”

(Cidinha da Silva, *Independência do Brasil: As mulheres que estavam lá*, p. 119)



Ao mesmo tempo que esbanjava beleza com suas roupas (batas brancas bordadas, saias rodadas, turbante, torço e chinelas), também amarrava sua saia nas pernas para jogar capoeira e, quando não, escondia ali suas armas, sobretudo a peixeira.

Maria Felipa foi a líder de alguns grupos de voluntários escravizados, indígenas e também fugitivos que auxiliavam o Exército Pacificador na batalha contra os portugueses, mas sem se integrar ao quadro de soldados. Marisqueira, pescadora e ganhadeira, ela conhecia o Rio Paraguaçu como ninguém e descia o rio levando mantimentos e vigiando o trajeto.

Deslocava-se à noite pelas curvas do rio e sabia os locais onde os portugueses atracavam. Assim, junto a outras 40 mulheres, fundou um grupo chamado “Batalhão das Vedetas”, que monitorava matas, manguezais e praias, bem como os barcos e o movimento no Recôncavo.

Uma das estratégias das Vedetas ficou bastante conhecida na História: ao abordarem os barcos portugueses, atraíam os soldados e os embriagavam, para então os surrarem com cansação, uma espécie de urtiga muito forte que os marinheiros não conheciam e que, por estarem presos às roupas das mulheres junto a folhas e flores, lhe pareciam enfeites. Após a surra, queimavam as embarcações com suas tochas. Seu grupo de mulheres ateou fogo em 42 navios portugueses.



AS MULHERES QUE LUTARAM... E LUTAM

As guerras travadas na Bahia foram de fato fundamentais para que o Brasil pudesse obter sua independência da Coroa portuguesa. Entretanto, uma parte dessa história não recebeu o destaque que deveria. Além da elite brasileira, do exército e da família real, muitos homens e mulheres escravizados, indígenas e caboclos foram de vital importância para que o plano de independência tenha sido conquistado, sobretudo as mulheres.

A presente mostra tenta resgatar a participação de algumas das protagonistas nesse importante processo histórico: Maria Leopoldina dialogou e participou da política masculina num cargo de poder; Maria Graham viajou o mundo e escreveu sobre ele num diário; Sórora Joana Angélica dedicou a vida ao serviço devocional, defendendo com a própria vida a vida de outros; Urânia Vanério escreveu sobre as angústias e o pensamento de um tempo de guerra e mudanças em curso; Maria Quitéria se trajou de homem para burlar o sistema hegemônico e combateu na guerra, em prol de seus valores e de um sentimento de independência pessoal; e Maria Felipa de Oliveira lutou e liderou outras mulheres, criando estratégias brilhantes para defender seu território em busca de liberdade.

Essas e outras inúmeras mulheres cujos nomes a História não reconheceu, omitiu ou apagou existiram e lutaram com as armas que tinham para que muitas vitórias fossem obtidas. E mesmo que ninguém saiba quem são, é certo que lutaram para conquistar a principal independência: a sua própria.

Referências bibliográficas e iconográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1999.

AMARAL, Braz do. *Ação da Bahia na obra da independência nacional*. Salvador: EDUFBA, 2005.

BANDEIRA, JULIO. *Debret e o Brasil; obra completa, 1816-1831*. Rio de Janeiro: Capivara Ed., 2007.

BARBOSA, Rui. *Trabalhos Políticos, Obras Completas*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência entre Maria Graham e a imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas*. Rio de Janeiro, 1940.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005. il.

CALDEIRA, Jorge (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

CALMON, Pedro. *História da Bahia. Resumo didático*. 2 ed. Proprietaria, 1902.

CARVALHO, José Murilo de et al. *Guerra Literária: Panfletos da Independência*. Editora UFMG, 2015.

CINTRA, F. Assis. D. *Pedro I e o Grito da Independência*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1921.

DIENER, Pablo. *Rugendas e o Brasil*. Rio de Janeiro: Capivara, 2012.

DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FUNDAÇÃO EMÍLIO ODEBRECHT. *MAPA: Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro, 1993.

GOMES, Laurentino. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil: e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. Tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1956.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. *D. Pedro I e d. Leopoldina perante a história: vultos e fatos da independência*. São Paulo: IHGB, 1972.

KANN, Bettina e LIMA, Patrícia Souza (pesquisa e seleção). *D. Leopoldina, 1797-1826. Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

KRAAY, Hendrik. *Um dia que entrou para a História*. In: *NOSSA HISTÓRIA, Revista*. Ano 1, nº 11, setembro de 2004.

_____. *Erro vitorioso*. In: *NOSSA HISTÓRIA, Revista*. Ano 6, nº 70, julho de 2011.

_____. *Independência é liberdade*. In: *NOSSA HISTÓRIA, Revista*. Ano 4, nº 48, setembro de 2009.

_____. *A Bahia pela Liberdade*. In: FIGUEIREDO, Luciano. *História do Brasil para ocupados*. Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2013.

_____. *Between Brazil and Bahia: Celebrating Dois de Julho in Nineteenth-Century Salvador*. In: *Journal of Latin American Studies*, Cambridge University Press, 1999.

_____. *Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889*. California: Stanford University Press, 2013.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

MALERBA, Jurandir. *A Independência Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

MARTINEZ, Socorro Tagino. *2 de julho: A Festa é História*. Selo Editorial da Fundação Gregório de Mattos, 2000.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós (org.). *Iconografia Baiana do Século XIX na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Edição Biblioteca Nacional, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme e LOPEZ, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. 4ª ed., São Paulo: Editora 34, 2015.

NETO, Casimiro et al. *Brasília, a ideia de uma capital: a legislação e o debate parlamentar: 1549-2010*. São Paulo: FAAP, 2010.

NEVES, Júlia Braga. *Uma segunda estrangeira: memórias de Lady Callcott (Maria Graham) sobre Dom Pedro I. Ilha do Desterro*, v. 74, p. 169-188, 2021.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *7 de setembro de 1822: Independência e memória nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

PELLEGRINO, Antonia et al. *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá*. Bazar do Tempo, 2022.

RIBEIRO, Maria Izabel Branco (org.). *As Constituições Brasileiras*. São Paulo: FAAP, 2007.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução. A Liderança Nacional*. Livraria Francisco Alves Editora. Rio de Janeiro, 1975.

_____. *Independência: Revolução e Contra-Revolução. As forças armadas*. Livraria Francisco Alves Editora. Rio de Janeiro, 1975.

SALVADOR. *Os monumentos e a independência*. Prefeitura Municipal da cidade do Salvador. Editora Mensageiro: Bahia, 1973.

SANTOS, Antonia da Silva. *A historicidade e espiritualidade concepcionista de Beatriz da Silva e Menezes e Joana Angélica de Jesus: algumas abordagens e alguns documentos*. In: CONGRESSO DE FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA, VIII, 2004a, Rio de Janeiro: UERJ. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno04-03.html>.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O dia em que o povo ganhou*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Isadora Eckardt. *A literatura de viagem de Maria Graham*. Revista do SETA-ISSN 1981-9153, v. 3, 2009.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *Brasileiras célebres*. Brasília, Senado Federal, 2004.

SOUZA, Bernardino José de. *Heroínas baianas: Joanna Angélica, Maria Quitéria, Anna Nery*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paralelo, 1972.

TAUNAY, Affonso d'e. *Grandes Vultos da Independência Brasileira*. Ed. Proprietária Companhia Melhoramentos de S. Paulo. 1922.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *A História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP, 1926: Salvador, BA: EDUFBA, 2001.

_____. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1977.

TESSITORE, Viviane. Projeto "A Imperatriz Leopoldina": um personagem em três dimensões. In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). *Anais da XIX Reunião*, Curitiba, 1999.

VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALIM, Patrícia. *Maria Quitéria vai à guerra*. In: FIGUEIREDO, Luciano. *História do Brasil para ocupados*. Casa da Palavra. Rio de Janeiro, 2013.

DOIS DE JULHO: 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

Visitação de 3 a 21 de julho de 2023, segunda a sexta, das 9h às 17h
Corredor Tereza de Benguela | Câmara dos Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados | PRESIDENTE Arthur Lira (PP-AL) | 1º VICE-PRESIDENTE Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) | 2º VICE-PRESIDENTE Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) | 1º SECRETÁRIO Luciano Bivar (UNIÃO-PE) | 2º SECRETÁRIA Maria do Rosário (PT-RS) | 3º SECRETÁRIO Júlio Cesar (PSD-PI) | 4º SECRETÁRIO Lucio Mosquini (MDB-RO) | SUPLENTE Gilberto Nascimento (PSC-SP), Pompeo de Mattos (PDT-RS), Beto Pereira (PSDB-MS), André Ferreira (PL-PE)

Secretaria de Comunicação Social, Centro Cultural Câmara dos Deputados | SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Jilmar Tatto (PT/SP) | SECRETÁRIO DE PARTICIPAÇÃO, INTERAÇÃO E MÍDIAS DIGITAIS Luciano Ducci (PSB/PR) | DIRETORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO E MÍDIAS DIGITAIS Cleber Queiroz Machado | COORDENAÇÃO DE CERIMONIAL, EVENTOS E CULTURA Frederico Fonseca de Almeida | SUPERVISÃO DO CENTRO CULTURAL Isabel Flecha de Lima | COORDENAÇÃO DO PROJETO Cláudio Diniz | CURADORIA Ricardo Oriá | PESQUISA HISTÓRICA E ICONOGRÁFICA Ricardo Oriá, Luciana Scanapieco, André Grigório | PRODUÇÃO Isabel Flecha de Lima | REVISÃO Maria Amélia Elói | PROJETO GRÁFICO Mima Carfer | ESTAGIÁRIA Jaqueline de Melo | MONTAGEM E MANUTENÇÃO DA EXPOSIÇÃO André Ventorim, Maurílio Magno, Paulo Titula, Wendel Fontenele | MATERIAL GRÁFICO Coordenação de Serviços Gráficos - CGRAF/DEAPA

AGRADECIMENTOS

Biblioteca Pública do Estado da Bahia | Arquivo Público do Estado da Bahia | Fundação Pedro Calmon | Secretaria de Cultura do Estado da Bahia | Museu Paulista | Arquidiocese de São Salvador da Bahia | Fundação Dom Avelar Brandão Vilela | Câmara Municipal de Salvador | Museu Imperial | Museu Histórico Nacional | Instituto Brasileiro de Museus | Ministério da Cultura | Governo Federal

Informações: 0800 0 619 619 - cultural@camara.leg.br
Palácio do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados
Anexo 1 - Sala 1601 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
<http://www.camara.leg.br/centrocultural> - Brasília, julho de 2023
